

Submissão gerou a decadência

100

Os motivos da decadência das Comissões são vários. O maior talvez seja o que atingiu o Congresso nos últimos anos: a falta de independência. Não adiantava discutir os projetos se apenas seriam aprovados os que fossem autorizados pelo Executivo. As lideranças do Governo recebiam da Assessoria Parlamentar do Planalto orientação sobre o que poderia ser aprovado na Ordem do dia.

Há dois anos, mais ou menos, um vice-líder do PDS esqueceu-se da ordem transmitida e o plenário do Senado aprovou, por unanimidade, o projeto do senador Orestes Quérzia (PMDB-SP) revogando a Lei Falcão, que proibe a participação gratuita dos candidatos no rádio e na TV. Foi um Deus nos acuda. A solução foi engavetar o projeto na Câmara, onde ainda se encontra. E isto porquê no mínimo 90% dos parlamentares são a favor da revogação.

Essa situação poderá mudar na Câmara, onde as Oposições contam com 244 deputados contra 235 do Governo. Contudo, no Senado, a maioria do PDS passou a ser de 46 senadores contra 23 oposicionistas. Como o projeto tem de ser aprovado nas duas Casas, a situação continuará a mesma.

IMPRENSA

Esse quadro provocou o crescente desinteresse da imprensa, que concentrou sua cobertura política do Congresso nos gabinetes dos líderes e dirigentes partidários. O afastamento da imprensa contribuiu, decisivamente, para que os parlamentares se ausentassem das Comissões. Raras são as que conseguem se reunir com "quorum".

Como decorrência, apareceram dois males. Primeiro, a predominância dos pareceres elaborados por assessores, redigidos mecanicamente, sem argumentos. A rejeição, quase sempre, é explicada pelo

argumento de que o projeto é "inóportuno" ou infringe os dispositivos constitucionais. Ninguém discute, ou quase ninguém. Se o relator nominal não comparece, outro parlamentar, até de Partido diferente, lê seu parecer sem constrangimento.

O segundo, são as reuniões fantasmagóricas. No Senado, principalmente, é comum encontrar-se funcionários pelôs, corredores apanhando assinaturas para a ata de reuniões que não houve. É freqüente o parlamentar não saber exatamente as Comissões a que pertence. Tudo isto ocorre pela falta de independência.

SEMINARIO

O supreendente é que a maioria dos parlamentares quer trabalhar, mas o desencanto acaba predominando. O presidente de Comissão operoso imaginaria, logo, fazer seminários, reuniões especiais, encaminhar ofícios solicitando informações etc. Este esforço, no entanto, não vai além dos primeiros meses.

Alguns seminários tiveram certa ressonância e influenciaram em decisões governamentais, especialmente os realizados na área de Educação. Eles cresceram de importância na medida em que deles participaram autoridades do Executivo e, consequentemente, obtiveram mais noticiário.

Outros, porém, foram melancólicos, apesar de abrangerem temas fundamentais. Em um destes seminários, renomado cientista falou durante horas para o parlamentar presidente e um auditório composto de continuos e guardas-de-seurança, felicíssimos em serem tratados de Vossa Excelência.

SECA E FISCALIZAÇÃO

Em ambas as Casas há uma comissão de fiscalização financeira que, teoricamente, pode investigar as prestações de contas dos ad-

ministradores públicos e examinar os processos que tramitam pelo Tribunal de Contas da União. Isto não é feito, apesar de existir na Constituição um artigo (o 45, não regulamentado) que ressalta o poder de fiscalização do Congresso, independente deste artigo, a Comissão poderia atuar. Não o faz.

A Comissão de Assuntos Regionais, presidida pelo ex-senador Mendes Canale (PMDB-MS), visitou o Centro Tecnológico da Aero-náutica e percorreu parte do Nordeste para debater a questão da seca e sua previsão. O Governo não deu resposta a seus ofícios e a questão morreu quando, em plenário, um vice-líder do PDS, nordestino, disse, em nome do Governo, que as advertências do CTA eram, apenas, uma previsão. Acertada, por sinal. Na época, porém, não sensibilizou o Governo e o assunto foi sepultado.

CONSUMIDOR E PT

Com um funcionalismo altamente qualificado, quase todos irritados com a apatia existente, as Comissões podem recuperar seu prestígio desde que os parlamentares sejam mais assíduos e livres.

Há dois anos o ex-presidente da Câmara, deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), preocupado em fortalecer as Comissões, criou a de defesa do consumidor. Foi um sucesso, com extraordinária repercussão na opinião pública. A Diretoria de Comissões teve de instalar um balcão para receber as reclamações, muitas das quais encaminhadas e resolvidas.

Nesse início de Legislatura a grande esperança é a decisão do PT de reivindicar a presidência da Comissão de Trabalho e Legislação Social. Os planos são excelentes e o PT poderá demonstrar que as Comissões técnicas podem ser mais importantes para o Legislativo, desde que bem conduzidas e se forem noticiadas.